



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023
(Do Sr. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ)

Apresentação: 28/03/2025 11:25:59.733 - Mesa

RIC n.1045/2025

Solicita ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações a respeito do Programa Nacional das Salas Lilás, instituído pela Portaria MJSP Nº 911 de 25/03/2025.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115, I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito à Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, o presente pedido de informações com o objetivo de obter esclarecimentos detalhados sobre a implementação e funcionamento do Programa Nacional das Salas Lilás, instituído pela Portaria MJSP nº 911, de 25 de março de 2025.

A Portaria MJSP nº 911/2025 estabelece a criação das Salas Lilás para atendimento a mulheres e meninas vítimas de violência de gênero no Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e nos órgãos do sistema de justiça. Contudo, a norma não detalha plenamente os protocolos adotados para a execução do programa, nem especifica de forma clara os serviços prestados e as salvaguardas legais para a proteção da vida e integridade das vítimas atendidas.

Na qualidade de Deputado Federal, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo – conforme previsão do art. 49 da Constituição da República, solicito as informações abaixo discriminadas com o intuito de esclarecer as questões operacionais



* C D 2 5 9 8 7 5 1 2 0 7 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

Apresentação: 28/03/2025 11:25:59.733 - Mesa

RIC n.1045/2025

e executórias da referida portaria emitida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

1. Quais são os protocolos específicos adotados para garantir a segurança das vítimas dentro das Salas Lilás, especialmente em casos de ameaças diretas por parte dos agressores?
2. Quais medidas foram estabelecidas para evitar a revitimização das mulheres e meninas atendidas pelo programa?
3. Existem padrões mínimos obrigatórios para a infraestrutura das Salas Lilás, além das diretrizes gerais previstas na portaria?
4. Qual o montante de recursos orçamentários previstos para a implementação do Programa Nacional das Salas Lilás em âmbito nacional?
5. Há previsão de repasse direto da União para estados e municípios, ou os entes federados deverão buscar recursos próprios para a implementação das Salas Lilás?
6. O Ministério da Justiça e Segurança Pública prevê recursos permanentes para a manutenção do programa nos próximos anos, ou a continuidade da política dependerá de novas alocações orçamentárias anuais?
7. Existem diretrizes específicas para o atendimento de mulheres grávidas que busquem apoio nas Salas Lilás?
8. Quais medidas específicas estão sendo adotadas para garantir não apenas a segurança e o atendimento à mulher em situação de violência, mas também a proteção adequada ao feto, considerando a vulnerabilidade que a gestação representa para ambos?
9. Como será o atendimento prioritário às mulheres em período gestacional?
10. Quais cuidados serão adotados em proteção à vida intrauterina?
11. Quais as orientações de parcerias formais serão firmadas entre as instituições possuidoras de Salas Lilás e os serviços públicos de saúde para garantir o encaminhamento das gestantes a atendimento pré-natal, exames e assistência obstétrica?



* C D 2 5 9 8 7 5 1 2 0 7 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

Apresentação: 28/03/2025 11:25:59.733 - Mesa

RIC n.1045/2025

12. Como será realizado o acompanhamento posterior da mulher gestante após o primeiro atendimento, especialmente em casos de alto risco de gravidez?
13. A equipe de atendimento contará com profissionais especializados em saúde materna, como enfermeiros obstétricos, psicólogos perinatais e assistentes sociais com formação em acompanhamento de gestantes vítimas de violência?
14. O curso de capacitação dos profissionais que atuarão no Programa Nacional das Salas Lilás incluirá módulos específicos sobre violência obstétrica, saúde materna e os impactos da violência doméstica na gestação?
15. Como será assegurada a continuidade do atendimento, especialmente nos casos que envolvem acompanhamento psicológico e assistência social?
16. Quais medidas concretas serão implementadas para proteger a identidade das vítimas atendidas pelo programa?
17. Como será garantida a integração entre os órgãos de segurança pública e justiça para respostas ágeis em casos de risco iminente à vida da vítima?
18. Como será o atendimento emergencial para vítimas que precisam de abrigo imediato, garantindo sua segurança enquanto as medidas legais são adotadas?

Nesse sentido, enfatizamos a solicitação, visto que faz-se necessária a prestação das informações ora requeridas, com a finalidade de possibilitar a atuação parlamentar, no âmbito da função fiscalizatória do Poder Legislativo.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Requerimento de Informações dirige-se ao Ministério da Justiça e Segurança Pública com o objetivo de obter esclarecimentos detalhados sobre a implementação e funcionamento do Programa Nacional das Salas Lilás, instituído pela Portaria MJSP nº 911, de 25 de março de 2025.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

Apresentação: 28/03/2025 11:25:59.733 - Mesa

RIC n.1045/2025

A criação das Salas Lilás é uma iniciativa no combate à violência de gênero, prevendo espaços especializados para o acolhimento e atendimento de mulheres e meninas em situação de violência. No entanto, a referida portaria não especifica, com a devida clareza, os protocolos operacionais, os serviços garantidos, as medidas de proteção efetiva à vida e integridade das vítimas, o que gera questionamentos legítimos sobre sua implementação e eficácia.

O direito das mulheres à assistência está garantido na Constituição, especialmente no direito à saúde (art. 196), que exige atendimento médico e psicológico adequado para vítimas de violência, e no direito à assistência social (art. 203, inciso V), que assegura proteção a grupos em vulnerabilidade.

Contudo, é de extrema importância que se dê atenção especial aos cuidados com mulheres grávidas vítimas de violência de gênero. A gravidez é uma condição que requer cuidados específicos, tanto para garantir a saúde e o bem-estar da mulher quanto para proteger o desenvolvimento saudável da vida intrauterina.

Portanto, a proteção e o atendimento a mulheres grávidas devem ser tratados com maior prioridade, considerando as necessidades diferenciadas e a vulnerabilidade adicional que essa condição impõe.

A Constituição Federal, no seu art. 6º, reconhece a saúde como um direito social, e a Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, prevê que as mulheres grávidas ou com filhos menores de 18 anos devem ser prioritariamente protegidas, considerando a vulnerabilidade adicional imposta pela gestação.

O objetivo dos questionamentos é assegurar que a norma cumpra sua função de proteger as vítimas de violência de gênero, fornecendo à sociedade respostas claras sobre a aplicação do programa e os impactos esperados na rede de proteção às mulheres e meninas em situação de violência.



* C D 2 5 9 8 7 5 1 2 0 7 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

Considerando a relevância do objeto abordado pela norma infralegal em questão, que envolve princípios constitucionais fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos entre homens e mulheres, e o direito à vida e à segurança, a apresentação deste Requerimento de Informações busca garantir que o Programa Nacional das Salas Lilás seja implementado de forma eficiente e transparente.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2025.

DEPUTADO DELEGADO PAULO BILYNSKYJ

(PL-SP)

